

MULHER, TRABALHADORA, ESTUDANTE E MÃE! Equiponderando entre múltiplas jornadas e múltiplos papéis sociais

Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva ¹
Raquel Quirino ²

RESUMO

A mulher vem alcançando cada vez mais espaço no mundo do trabalho e nos meios acadêmicos. Porém, não são poucos os desafios enfrentados por elas diante da necessidade de exercerem múltiplos papéis na sociedade contemporânea. A mulher migrou para o trabalho externo e assalariado, mas o trabalho doméstico e o cuidado ainda permanecem exclusivamente delas. São raros os casos nos quais os companheiros homens dividem igualmente as responsabilidades pelo trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. A presente pesquisa aborda o fenômeno do Labirinto de Cristal, preconizado por Lima (2013), no qual evidencia as dificuldades das mulheres para se inserirem e se manterem no mercado de trabalho; a Divisão Sexual do Trabalho que relega a mulher os afazeres domésticos como nos dizem Hirata e Kérgeat (2007) e o trabalho do *Care*, que as coloca como as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos. Tendo como sujeitos da pesquisa empírica mulheres que são mães, trabalhadoras assalariadas e estudantes do Curso Técnico em Enfermagem de um Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Minas Gerais, foram investigados os desafios enfrentados por elas no seu trabalho múltiplo (Guimarães, 2017) como profissionais, estudantes, donas de casa e cuidadoras dos filhos. Foram realizadas entrevistas semi estruturadas e, recortes dos discursos dessas mulheres, foram analisados à luz das teorias de base materialista originadas no feminismo francês. Os achados revelam que, não obstante a carga extenuante que carregam e dos múltiplos trabalhos realizados, são justamente a maternidade e o cuidado com os filhos que impulsionam e fortalecem essas mulheres na busca pela formação profissional, para dessa forma se qualificarem e terem mais oportunidade no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras; Mulheres Estudantes; Curso Técnico em Enfermagem; Divisão Sexual do Trabalho.

INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, será explanado o título da pesquisa: MULHERES, TRABALHADORAS, ESTUDANTES E MÃES! Equiponderando múltiplas jornadas e múltiplos papéis sociais. Durante estudos para desenvolver a pesquisa em questão, me deparei com os seguintes conceitos que definiam esse *se virismo* das mulheres que são mães, trabalhadoras remuneradas e estudantes. Alguns autores utilizavam o conceito múltiplas jornadas, outros, múltiplos papéis e outra múltiplas jornadas simultâneas, para pretestar

¹ Mestranda em Educação Tecnológica do CEFET_MG, rita.aguiar@ifsudestemg.edu.br;

² Doutora pela UFMG, orientadora e professora efetiva do PPGET CEFET-MG - UF, raquelquirino@cefetmg.br;

mulheres em home office ou mulheres que trabalham em cooperativa de costura e cuidavam dos filhos concomitantemente.

No entanto, no contexto desta pesquisa, esta pesquisadora optou pela utilização do conceito *mulheres*, no plural. Isso se deu pela expectativa de que pressurosamente haja em nossa sociedade, o reconhecimento das diversidades e identidades femininas. Por conseguinte ao usar o termo *mulheres*, reconhece-se essa pluralidade e promove-se a inclusão de todas as vozes, experiências, necessidades e desafios. Contribuindo assim pela igualdade, e, talvez equidade (palavra preferida desta pesquisadora)!

Quando o conceito múltiplas jornadas é mencionado, objetiva-se abordar, de acordo com Silva e Mendes (2024), diferentes tarefas desempenhadas ao longo do dia. No caso das mães, estudantes e profissionais, elas vivenciam ao longo do dia a jornada de cuidar da casa e dos filhos, a jornada de profissionais remuneradas, ademais de estudantes.

Inerente às múltiplas jornadas, pode-se fazer alusão aos múltiplos papéis sociais, também vivenciados por essas mulheres, quando nos referimos aos diferentes papéis que essas desempenham na sociedade, atrelados às atividades, responsabilidades e comportamentos expectáveis pela sociedade em cujo tempo essa mulher está cumprindo sua jornada. (Almeida, 2007)

O que vai ao encontro da teoria Social do Discurso, proposta por Norman Fairclough (2008), que será, inclusive, utilizada para a análise dos dados dessa pesquisa de dissertação de mestrado. Esse fato será abordado mais amplamente na sessão Metodologia e Procedimentos metodológicos.

Corroborando com a temática: múltiplas jornadas e múltiplos papéis sociais, das mulheres que são mães, profissionais e estudantes, Urpia e Sampaio (2009) afirmam que a mulher constitui um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino e ressaltam dentre essas especificidades, a maternidade. O que faz com que muitas regressem à sala de aula, muitos anos depois, para se profissionalizarem. Destarte, esta pesquisadora acredita veementemente na importância do Ensino Técnico de nível médio subsequente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Os cursos de educação profissional e tecnológica (EPT) previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são: Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio (ETPNM); Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação. (Brasil, 2021)

Brasil (2021), destaca que a Educação Profissional de Nível Médio, é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio:

I - a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

b) concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;

c) concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

II - a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Dentre os cursos que são abarcados pela EPT, durante essa pesquisa, tratar-se-á especificamente da EPTNM em sua modalidade subsequente. Por manter o foco nas principais disciplinas teóricas e práticas de cada processo formativo e suas aplicabilidades no mercado de trabalho, essa modalidade propicia maior rapidez na conclusão do processo formativo escolhido, quando comparada à graduação. (BRASIL, 2008)

Sendo uma modalidade subsequente ao Ensino Médio, o corpo discente desses cursos destaca-se por sua diversidade etária, social e cultural. Assim, a sala de aula de um curso técnico subsequente é constituída por alunos com distintas histórias de vida e conseqüentemente, com especificidades diferentes no que se refere às suas motivações e vivências e necessidades durante processo formativo escolhido.

Brasil (2021), aponta que nos últimos anos a oferta da Educação Profissional e Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras, como nos apontam os Dados do Censo Escolar 2020 que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino.

Apesar da afirmação acima, as autoras Úrпия e Sampaio (2009), em seus estudos sobre jovens universitárias, evidenciam que as mulheres estudantes apresentam peculiaridades que as colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Dentre essas as autoras destacam a maternidade, quando vivenciada sob os moldes impostos pela sociedade contemporânea, nos se faz necessária sua associação com o trabalho doméstico, e atribuições da vida estudantil, tornando seu processo formativo doloroso e até mesmo inviável.

Para Bittencourt (2011), a conciliação entre estudo e maternidade é vivenciada como um período ainda mais desafiador por grande parte das mães estudantes que participam ativamente do mercado de trabalho. Corroborando com a autora, Nunes e Silva (2020), destacam a existência de vários óbices para as mulheres que são mães possam ingressar, permanecer e obterem bons resultados nos cursos escolhidos. Dentre esses, estão os múltiplos trabalhos exercidos por essas mulheres, quando além da maternidade e a vida estudantil há ainda a necessidade de que essas também exerçam trabalho remunerado.

Em seu estudo, Emídio e Castro (2021), atribuem à idealização da maternidade pela sociedade, como uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na construção de seu lugar na sociedade, no mercado de trabalho e na consolidação de sua carreira. Dessa forma, de acordo com Mendes e Fonseca (2022), a maternidade chega acompanhada de um sentimento de culpa, tanto pessoal quanto profissional tornando-se um *verdadeiro dilema*. Assim, nota-se com frequência histórias de mulheres que abandonaram suas carreiras profissionais, por falta da chamada *rede de apoio*.

Corroborando com o exposto, Birolli (2018), nos esclarece que o principal ônus da maternidade se encontra principalmente no contexto da divisão sexual do trabalho, na qual a mulher deve cuidar dos filhos e do lar, experienciando uma maternidade sufocada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher principalmente no que tange a educação e carreira.

Segundo a mesma autora, o tempo e esforço dedicados à família, sendo desfavoráveis às mulheres, implicam na disposição de tempo, recursos e dedicação para sua educação, profissionalização e trabalho. Por isso, mesmo que na atualidade as mulheres ocupam vários espaços que antes lhes eram restritos, a desigualdade ainda persiste sobre as possibilidades de efetiva ascensão do grupo como um todo.

Em concordância com Nunes e Silva (2020), no que se refere à necessidade de mais estudos sobre mulheres estudantes, que são mães e trabalhadoras remuneradas e inspirada pela vivência profissional da autora do presente estudo – iniciada e desenvolvida como docente da Educação Profissional de nível Médio Subsequente, mais especificamente do curso Técnico de Enfermagem Subsequente, foi desenvolvida uma pesquisa cujo objeto consiste na vivência do processo formativo do curso Técnico de Enfermagem, na modalidade subsequente.

Tendo os seus últimos dezoito anos, dedicados à docência no curso Técnico de Enfermagem na modalidade subsequente, a autora desse estudos muitas vezes presenciou algumas de suas alunas desistindo ou atrasando seu processo formativo ou desistindo de sua formação por não conseguirem conciliar suas múltiplas jornadas de afazeres domésticos, cuidados com filhos, trabalhadoras remuneradas com a vida estudantil.

Ao buscar referências na literatura de estudos realizados com mães estudantes, foram encontrados alguns referentes a estudantes que são mães na graduação, no mestrado e doutorado. Porém em se tratando de pesquisas sobre mães estudantes da Educação Profissional de Nível Médio Subsequente, sobretudo na área de enfermagem, esta autora pôde notar a fragilidade literária nessa temática. É nessa lacuna que a presente pesquisa visa aportar contribuições.

Abordar a vivência do processo formativo, dessas estudantes significa estar diante de um vasto campo de estudos que perpassam pela divisão sexual do trabalho, notadamente a divisão sexual do trabalho doméstico e cuidado; feminização da profissão de enfermagem; além da vivência das múltiplas jornadas vivenciadas por elas, sendo mães, trabalhadoras remuneradas e estudantes. Diante disso, essa autora buscou na literatura diversos trabalhos empíricos constituídos pelas referidas temáticas.

Diante do exposto, faz-se importante explicitar que no contexto dessa pesquisa, que tem por objetivo compreender como as estudantes do curso Técnico em Enfermagem, na modalidade subsequente de um Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Minas Gerais,

escolhido como *locus* da pesquisa empírica, vivenciam a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil. Serão investigadas as motivações dessas mulheres pela procura do curso técnico hora mencionado; como elas experienciam essas múltiplas jornadas, bem como suas estratégias de luta e resistência para permanecerem e concluírem sua formação.

O curso Técnico em Enfermagem da Instituição Federal de Ciência e Tecnologia pesquisada, é constituído por carga horária de 1600 horas, cujas 400 são dedicadas à atividades práticas em hospitais, Unidades Básicas de Saúde e instituições de longa permanência para idosos. Apesar de ser um curso noturno, a parte prática é oferecida nos períodos matutino e vespertino.

Seu contingente é majoritariamente constituído por estudantes do sexo feminino, sendo dos 93 alunos matriculados 77 do sexo feminino e 16 são do sexo masculino, o que significa que 83% dos estudantes do curso Técnico em Enfermagem dessa instituição é representado por mulheres.

Essa desproporção acima mencionada pode ser justificada pela teórica feminista francesa, Hirata (2016), quando essa afirma que por ser um trabalho que vai ao encontro das necessidades dos outros, o cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres, no espaço doméstico, na esfera “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, o que fez com que se destacasse como modelo das desigualdades sobrepostas ao gênero.

De acordo com Lopes e Leal (2005), a enfermagem se desenvolve como profissão regulamentada por meio de instituições religiosas. Bagnato et al. (2007) apud Costa et al. (2013) declaram que na década de 1970, os cursos de auxiliar e técnico de enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

Porém, apesar de ser uma profissão cuja *vocação* está culturalmente relacionada ao gênero feminino, através de minha experiência como do curso Técnico de Enfermagem é notada por essa pesquisadora a dificuldade que as mulheres enfrentam para concluir esse curso em específico decorrente à vivência de interseções inerentes ao estudo, trabalho remunerado, atividades domésticas e a maternidade.

Esse fato é explicitado também, nos estudos de Nunes e Silva (2020) sobre a formação acadêmica de mães universitárias, quando essas destacam a existência de vários óbices para que essas mulheres possam ingressar, permanecer e obterem bons resultados nos cursos escolhidos. O trabalho citado também faz menção aos múltiplos trabalhos exercidos por essas mulheres, quando há a necessidade de que essas também exerçam trabalho remunerado. Assim, as autoras ressaltam a importância de mais estudos que abordem, dentre outras intersecções vivenciadas pelas mulheres estudantes, a maternidade e o trabalho.

Diante desse contexto, surge a necessidade de aprofundar estudos sobre a vivência do processo formativo do Curso Técnico em Enfermagem pelas estudantes que são mães e trabalhadoras. Para tanto, é proposta uma pesquisa cujo *Locus* será o IF Sudeste-MG *Campus* Barbacena e cuja centralidade abrangerá as perspectivas dessas estudantes. Com base nesse interesse, despontou-se a seguinte pergunta norteadora: como as estudantes do curso Técnico

em Enfermagem do IF Sudeste-MG *Campus* Barbacena, vivenciam a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil?

Partindo dessa questão norteadora, foi realizada uma revisão de literatura na qual, foram pesquisados no Banco de Dissertações e Teses da Capes, bem como no Portal de Periódicos da Capes estudos realizados no recorte temporal de 2010 a 2023, utilizando como descritores: Mães Estudantes; Divisão sexual do trabalho doméstico; Curso técnico em Enfermagem. Buscas realizadas utilizando esses três simultaneamente não trouxeram resultados significativos para traçar o panorama de estudos realizados até momento. Quando pesquisadas separadamente, foi possível encontrar mais estudos que possibilitaram a produção da revisão de literatura da presente dissertação. Todavia, são escassas publicações que analisam os desafios das mães estudantes da educação profissional e é nessa lacuna que a pesquisa realizada a partir desse projeto visa aportar contribuições.

A finalidade dessa pesquisa a priori é promover o conhecimento da existência desse perfil de estudantes, por parte das Instituições de Ensino e do Estado. Em seguida identificar suas potenciais dificuldades em relação à dinâmica do processo formativo, podendo assim, contribuir para a elaboração de políticas institucionais que favoreçam a permanência e formação dessas estudantes, partindo do pré-suposto que a educação profissional para muitas mulheres é a primeira porta que se abre para que possam se inserir no mercado de trabalho.

Definiu-se então, como objetivo geral compreender como as estudantes do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste-MG *Campus* Barbacena, vivenciam a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil.

A fim de se alcançar o objetivo geral da presente pesquisa, alguns objetivos específicos tornam-se necessários:

(1) Identificar no curso Técnico em Enfermagem as estudantes com o seguinte perfil: trabalhadoras remuneradas, mães que residem com ³filhos dependentes de seus cuidados e de seu auxílio financeiro ; (2) Conhecer a situação econômica social e cultural dessas estudantes; (3) Identificar e analisar as motivações dessas mulheres pela procura de um curso técnico, sobretudo na área de enfermagem; (4) Analisar como essas estudantes articulam o trabalho remunerado, com o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos e da sua casa e a sua vida estudantil; (5) Evidenciar e analisar todas as estratégias de resistência e luta dessas mulheres para que consigam permanecer no curso.

O Referencial Teórico da pesquisa, se fundamenta, principalmente em teorias sobre a feminilização da profissão na área da enfermagem e em teorias sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, que para Hirata (2009) é gerador de desigualdades gritantes, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional. Se fundamenta também nas pesquisadoras Yannoulas, Birolli, Úrpiá, Sampaio, Muararo, no que concerne a feminilização e feminização da enfermagem serão abordadas Leal, Bagnato etc .

³ De acordo com Instrução Normativa nº 15/01 da Secretaria da Receita Federal, Artigo 38, inciso III, são considerados filhos(as) ou enteados(as) dependentes aqueles até 21 anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho. O parágrafo 1 desse mesmo artigo informa-nos que a dependência é extensiva também às pessoas do inciso III maiores até 24 anos de idade, se estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.
http://www.tjes.jus.br/PDF/manuais_normas/nomeacao/COMPROVANTE_DEPENDENCIA_IMPOSTO_RENDA.pdf. Acesso 13 nov. 2023.

No que concerne à divisão sexual do trabalho, esse Referencial teórico não podia deixar de se fundamentar em Daniele Kergoat, que foi a pioneira na utilização do conceito *Divisão Sexual do Trabalho*, juntamente com Hirata.

Birolli (2016), e Monticelli (2021) ao citarem Kergoat e Hirata (2007) atribuíram dois princípios básicos da divisão sexual do trabalho: o que distingue homens e mulheres, serviço de homem e serviço de mulher e o da hierarquização, na qual o trabalho masculino tem mais valor social que o feminino.

Seria inviável traçarmos esse referencial teórico, sem citarmos grandes teóricas, cujas obras contribuíram ou nos levam ou nos encaminham à divisão sexual do trabalho. Simone de Beauvoir e sua obra *O Segundo Sexo*, que critica o patriarcado no qual a *mulher* é idealizada como *o outro* quando comparada ao homem (BEAUVOIR. 1949).

Outra grande autora a ser referenciada foi Collete Guillaumin, que de acordo com Abreu (2016), contribuiu significativamente com o feminismo materialista Francês. Cristiane Delphy, uma das criadoras sobre (MLF) movimento de liberdade das mulheres em 1970.

No que se refere à metodologia, além de estudos documentais e bibliográficos, será utilizada a metodologia qualitativa, que segundo Minayo (2013) se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que de acordo com Minayo (2013), se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais.

O Método de Procedimento a ser utilizado é o de Levantamento. Na pesquisa de levantamento, seleciona-se uma amostra significativa do universo a ser investigado. Segundo Medeiros (2019), é realizada para obtenção de dados ou informações sobre características, opiniões ou vivências de um grupo de pessoas selecionado como representante de uma população em termos estatísticos.

Sendo um tipo de pesquisa de campo o Método de Levantamento foi utilizada nessa pesquisa de forma a interrogar diretamente as estudantes, sujeitos de pesquisa, informações que possibilitem a compreensão de suas vivências em relação às suas múltiplas jornadas, como mães, estudantes e trabalhadoras. Para tal, as técnicas e instrumentos a serem utilizados serão questionários online e entrevistas semi estruturadas que poderão ser presenciais ou online de acordo com a disponibilidade das participantes (as técnicas e instrumentos serão detalhados no subitem a seguir)

O método de abordagem será o dialético. O método dialético, segundo Marconi e Lakatos (2019) busca penetrar o mundo dos fenômenos por meio de uma ação recíproca, de contradição e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Empregado na pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica, crítica e totalizante da realidade,

pois considera que os fatos, opiniões e comportamentos não podem ser analisados fora do contexto social, político, econômico cultural etc.

Em síntese, o método dialético foi utilizado na presente pesquisa buscando as inter-relações e as contradições inerentes às vivências das estudantes em suas múltiplas jornadas e múltiplos papéis sociais, quer sejam como mães, estudantes e profissionais partindo da premissa que seus aspectos relações e conexões não são rígidas já que tudo no mundo está sempre em constante mudança. Dessa forma, não obstante as dificuldades, obstáculos e desafios evidenciados por elas, suas estratégias de luta, resistência e enfrentamentos serão abordados na análise, de forma a evidenciar que tais mulheres não são vítimas, mas protagonistas de sua própria história.

A concepção Marxista apresenta a dialética em bases materialistas, interpretando a realidade admitindo a hegemonia da matéria em relação às idéias. (Gil, 2019).

As teorias da divisão sexual do trabalho de origem francófonas advindas do feminismo materialista francês serão utilizadas. Na análise dos dados empíricos a partir da análise crítica do discurso (ACD) preconizada por Norman Fairclound (2005).

A ACD é entendida como a teoria social do discurso. Analisa o discurso como prática social por meio do uso da linguagem, significando um modo de agir sobre o mundo e, especialmente, como modo de representação da realidade. Nessa abordagem os sujeitos de pesquisa são vistos ideologicamente, capazes de agir de maneira criativa realizando articulações próprias entre as ideologias e práticas sendo ao mesmo tempo expostos a efeitos ideológicos e como sujeitos ativos. (Onuma,2020)

Por ser a pesquisadora docente do curso técnico em enfermagem do IF Sudeste MG- *Campus* Barbacena, lócus da presente pesquisa, seu engajamento e a participação no campo de pesquisa foi um trunfo e um dificultador ,aja vista a necessidade de distanciamento do objeto a ser pesquisado. Porém, Albarello (2004) postula que o engajamento trás força e originalidade à pesquisa, pois permite o conhecimento aprofundado do problema as zonas de sombra efeitos perversos e aspectos simbólicos. Entretanto, o mesmo autor, (Albarello 2004 p. 17) alerta para a necessidade de distanciamento para que a pesquisadora tenha um outro olhar sobre a realidade. Destarte, engajamento e distanciamento são complementares, mas necessitam de um equilíbrio dialético. Sendo o engajamento subjetivo, irracional e imaginário em contraste com o distanciamento que é objetivo, racional e controlado (Penido 2020 p. 385), a pesquisadora procederá à análise dos dados empíricos à luz das teorias elencadas a fim de analisar o objeto sem implicações subjetivas, buscando pelo método dialético.

2.2 Percurso Metodológico

Após análise dos pareceristas, mediante assinatura da Declaração de anuência autorização da Diretoria Geral do IFsudeste-MG *Campus* Barbacena, para a realização da pesquisa com estudantes do curso Técnico em Enfermagem da referida instituição, após aprovação do projeto de pesquisa pelo colegiado do PPGET e pelo comitê de Ética em pesquisa (CEP) em 16/05/2024,, foi realizado o estudo documental sobre o curso de enfermagem do IF Sudeste-MG *Campus* Barbacena, com o intuito de verificar quantas mulheres em idade reprodutiva estavam matriculadas no referido curso para os anos letivos de 2022 a 2024 cujos dados foram obtidos por meio do site da instituição, através do SIGAA (

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), foram encontrados os emails dessas estudantes, através dos quais foram estabelecidos contatos desta pesquisadora e suas alunas.

Em seguida, foram enviados para os emails das estudantes, matriculadas para os anos letivos referidos, registrados no SIGAA, um questionário online elaborado no *Google Forms* que possibilitou traçar o perfil sócio, econômico e cultural das estudantes, além de possibilitar coletar dados referentes a motivações dessas estudantes, dificuldades e desafios bem como suas estratégias de luta e resistência (Apêndice 1). Anteriormente ao acesso às questões na aplicação do questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE- Apêndice 4), contendo uma descrição do seu conteúdo permitindo assim a participante avaliar e dar ou não, o seu consentimento para participação na pesquisa.

Para Gil (2011), Fachin (2005), o uso do questionário em pesquisa científica de cunho teórico-empírico possibilita o levantamento de percepções, opiniões, crenças, sentimentos, interesses, em relação a um determinado fenômeno, fato, acontecimento ou objeto, por esse motivo, será adotado como parte da metodologia dessa pesquisa.

À partir do retorno dos questionários, foi realizada a respectiva tabulação dos dados, que possibilitou a identificação das variáveis necessárias aos sujeitos da presente pesquisa: mães, trabalhadoras, com filhos que são dependentes financeiros ou de seus cuidados. Foram consideradas para essa pesquisa apenas as estudantes do Curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste-MG *Campus* Barbacena, trabalhadoras, cujos filhos residam junto com ela e são seus dependentes financeiros e/ou de seus cuidados.

Foi enviado o questionário via Google Forms para 40 mulheres, estudantes do curso Técnico em Enfermagem Subsequente do IFsudeste MG- *Campus* Barbacena. Das 40 mulheres contactadas, 20 responderam o questionário. Em ato contínuo, para aprofundamento dos dados coletados no questionário do Google Forms, com base nas respostas obtidas, foram selecionadas 5 participantes para entrevistas semi-estruturadas, que de acordo com Marconi; Lakatos (1999), trata-se do método no qual a entrevista é guiada por pontos de interesse do entrevistador e o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Essas entrevistas foram conduzidas online, via Google Meet, o que foi motivado pela indisponibilidade de tempo por parte das estudantes. Aja vista que permitiram maior acessibilidade, garantindo adesão e engajamento das estudantes à pesquisa.

O roteiro das entrevistas (Apêndice 2) contemplaram questões que possibilitaram compreender por meio do discurso das estudantes suas vivências em suas múltiplas jornadas como mães, estudantes trabalhadoras. Foram realizadas mediante informações de seus objetivos e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE – Apêndice 4) podendo essas entrevistas ocorrerem presencialmente em datas locais e horários acordados entre a pesquisadora e aquelas estudantes interessadas em participar espontaneamente da pesquisa, ou online através da plataforma *Google meet* se essas participantes assim o preferir, de modo que a pesquisa não interfira negativamente em sua rotina diária.

As entrevistas ocorreram de maneira dialógica, sem tempo de duração pré-estabelecido pelas participantes e pesquisadora e as perguntas norteadoras foram feitas às

entrevistadas, que dissertarão à vontade e livremente sem interrupções ou contestações por parte da pesquisadora. Em ato contínuo, a pesquisadora fará a transcrição literal do conteúdo das entrevistas que serão gravadas em áudio.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o número de entrevistas não foi relevante, tampouco foi pré definido à priori, uma vez que a relevância foi dada à qualidade do conteúdo das falas de forma a responder à questão de pesquisa e atender aos objetivos propostos.

A combinação dos métodos: questionário online e entrevistas online foi escolhida para maximizar a flexibilidade e a intencionalidade da pesquisa. O questionário permitiu uma triagem eficiente e abrangente das participantes, ao passo que as entrevistas online possibilitaram uma exploração mais profunda das experiências individuais.

As entrevistas tiveram duração média de 45 minutos cada, como já descrito, foram semi estruturadas, tendo como intuito permitir que as participantes compartilhassem suas experiências de forma livre, porém mantendo o foco nos temas principais da pesquisa.

Foram selecionadas 5 participantes para as entrevistas online, o que se deu a partir da saturação dos dados, garantindo que a amostra fosse representativa e suficiente.

Após as transcrições, excertos de falas das entrevistadas foram selecionados do *corpus* dos discursos a fim de serem analisados dialeticamente à luz dos referenciais teóricos. Esta escolha de excertos do número de entrevistadas e dos excertos de fala denomina-se amostragem intencional que é uma técnica na qual o próprio pesquisador define os sujeitos que farão parte do estudo considerados como uma amostragem não probabilística, ou seja amostragem intencional não probabilística. Essa constitui uma amostragem homogênea, pois concentrou-se em um subgrupo específico no qual todos os sujeitos são semelhantes e atendam as variáveis pré-estabelecidas: ser estudante do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG, terem filhos dependentes financeiramente e de cuidados que morem na mesma residência e serem profissionais remuneradas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Divisão Sexual do trabalho

O conceito “divisão sexual do trabalho” aplica-se na França em duas situações distintas. De um lado, estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (Hirata e Kergoat, 2007)

Nesse subcapítulo serão estudadas as duas situações, com ênfase na divisão sexual do trabalho e no trabalho de cuidados. Ademais, serão tratadas questões que concernem ao patriarcado; primeira e segunda onda do feminismo; a feminização e feminilização da enfermagem; as múltiplas jornadas e múltiplos papéis sociais que permeiam a vida das mulheres, que são mães e trabalhadoras, o trabalho emocional, que agrega-se aos demais. Ou seja, o que se vincula ao objeto dessa pesquisa.

Onde Tudo Começou? Duas Espécies Naturalmente distintas?

O Verbo, a Palavra, um símbolo abstrato, uma entidade arbitrária, pode dar vida a qualquer realidade, por mais imaginária e inexistente que seja. E a palavra pode até distorcer o sentido das realidades físicas mais óbvias, tais como o fato de a mãe dar à luz a criança e amamentá-la, e inaugurar a dominação do macho, através da fabricação de papéis (MURARO, 2002P.61)

Nessa conjuntura, Beauvoir (1949, p.9), está em consonância com o que nos diz Muraro (2002 p. 61) quando declara: *não se nasce mulher, torna-se mulher*. Para Beauvoir, o gênero é uma construção criada por padrões sociais e culturais e não por um destino biológico. O que reitera Guillaumin (2014, p.27), quando argumenta que o patriarcado enraizou-se tanto à natureza, ao que *difere* homens e mulheres, colocando a mulher como biologicamente inferior, tornando turva a visão da sociedade, fazendo com que fossem criadas práticas sociais, à partir dessa dissociação, justificando e perpetuando a dominação feminina. Corroborando ainda com Beauvoir, Guillaumin (2014, P. 28), elucida :

Quando nasce um bebê macho, ele nasce como futuro sujeito, que terá de vender sua força de trabalho, mas não sua própria materialidade, sua própria individualidade. E, mais ainda, proprietário de si mesmo, ele poderá igualmente adquirir a individualidade material de uma fêmea. E, ademais, irá dispor igualmente da força de trabalho da mesma, que ele usará da maneira que lhe convenha, inclusive demonstrando que não a utiliza. (Guillaumin, 2014 p. 28)

Muraro(2002,p.61), correlaciona a dominação natural dos machos ao patriarcado, que se naturalizou como forma biológica, no convívio entre homens e mulheres.

Os machos não são dominadores por natureza, como mostramos exaustivamente através do que vimos escrevendo neste trabalho, da mesma maneira biológica que as fêmeas dão à luz. E é a Palavra, o patriarcado que quer fazer da dominação masculina um fato “natural” e biológico. E o patriarcado é de tal modo hoje uma realidade bem-sucedida que muitos não conseguem pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal, em que o macho domina de direito e de fato. (Muraro, 2002 p. 61)

Em concordância, Guillaumin(2014) nos expõe s tipos de violência e apropriação vivenciados pelas mulheres.

(...) dessas expressões cotidianas e violentas da materialidade da apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens. Com efeito, o roubo, a espoliação, o desvio, são ocultados, e, para apropriar-se de homens machos, é preciso uma guerra. Não é o caso dos homens fêmeas, quer dizer, das mulheres... Elas já são propriedade. (Guillaumin, 2014 p.28)

Muraro (1992 p. 63) afirma que com a divisão sexual do trabalho reforçada pelo patriarcado, a maior parte dos trabalhos passa a ser feita pelas mulheres, o que vai ao encontro do que defende Hirata (2018) quando destaca a divisão sexual do trabalho doméstico como gerador de desigualdades gritantes, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional. Para Guillaumin (2014 p. 28), até os hábitos verbais exprimem a força

de dominação. Segundo ela, a apropriação da mulher é explícita, por meio do reporte pelos homens às mulheres pelo sexo, em exemplo, ela cita o jornalista Castro Batista: *elas assassinaram dezenas de estudantes, de mulheres*. De acordo com Guillaumin (2014, p. 8), essas expressões em termos de informações exatas são expressão da sociedade aos seres humanos *fêmeas, traduz a sua condição efetiva nas classes sociais, aquelas que de ser, em primeiro lugar, é fundamentalmente mulheres*. Guillaumin (2014, p.8) completa ainda, *Somos mulheres, e este não é um predicado entre outros, é nossa definição social. Loucas as que acreditam que não é senão uma característica física, uma “diferença” e que, a partir desse “dado”, múltiplas possibilidades nos seriam abertas*.

Muraro (2002, p. 62 a 63), versa sobre a defesa da propriedade dos excedentes, da terra, que mais tarde, com a expansão da agricultura, viria se tornar propriedade de alguns poucos em detrimento da comunidade. Nesta época, o sexo feminino é também dominado e a mulher fica reduzida ao âmbito do privado, a fim de fornecer o maior número possível de filhos para arar a terra e defender a terra e o Estado.

Segundo a mesma autora a competição, pelas mulheres, pelos excedentes e pela propriedade foi pouco a pouco dando origem à supremacia masculina e a uma cultura competitiva.

Guillaumin (2014, p. 30), destaca ainda a que apropriação feminina e as palavras de inferiorização destinada às mulheres *estão presentes na sabedoria popular à grosseria de bar, da teoria antropológica sofisticada aos sistemas jurídicos, não param de nos sugerir que somos apropriadas*.

A autora reflete ainda:

Raiva de nossa parte no melhor dos casos, atonia na maioria das circunstâncias. Porém, seria sem dúvida um erro político rejeitar, sem o examinar, um propósito tão constante que, vindo da classe antagonista, deveria, ao contrário, suscitar em nós o mais vivo interesse e a mais atenta análise. Afinal, para dar-se conta dele, basta escutar, sem se esquivar, o discurso banal e cotidiano que desvenda a natureza específica da opressão das mulheres: a apropriação. (GUILLAMIN, 2014p. 30)

Beauvoir (2049 p. 100) em *O Segundo Sexo*, alega que o patriarcado é um sistema social que oprime, subordinativo das mulheres aos homens. Para a autora o patriarcado como a raiz da opressão feminina, utilizando-se de raízes biológicas culturais e sociais para manter a desigualdade de gênero. Para ela, o patriarcado define a mulher como *o Outro*, uma conotação de inferioridade em relação ao homem, que é considerado o sujeito universal, para quem a mulher foi criada, a quem está destinada a servir em todos os aspectos.

Corroborando com Beauvoir, Guillaumin (2014 p. 62) explicita ainda que, em uma sociedade separada por castas, a situação feminina ainda era pior, não obstante ser biologicamente inferiorizada, segundo a cultura da época, essas ainda serviam de objeto de troca entre homens.

A classe dominante defendia a propriedade dos excedentes, da terra, que mais tarde, com a expansão da agricultura, viria se tornar propriedade de alguns poucos em detrimento da comunidade. Nesta época, o sexo feminino é também dominado e a mulher fica reduzida ao âmbito do privado, a fim de fornecer o maior número

possível de filhos para arar a terra e defender a terra e o Estado. A competição, pois, pelas mulheres, pelos excedentes e pela propriedade foi pouco a pouco dando origem à supremacia masculina e a uma cultura competitiva. Até o aparecimento das recentes pesquisas, prevaleciam as teorias do parentesco de Lévi-Strauss, que achava “natural” que as mulheres fossem trocadas entre homens para fazer e consolidar alianças desde o começo da espécie. Mas, como vimos, isto não acontece nas culturas mais primitivas matrilineares, e o conhecimento disto é fato bastante recente. (MURARO 2002 P.62)

Em concordância, Guillaumin 2014 p.31 , aprofunda-se sobre a existência de um fato material e um fato ideológico. O primeiro é *uma relação de poder* o ato de força permanente que é a apropriação da classe das mulheres pelos homens. O outro é um *efeito ideológico*: a ideia de *natureza* ,que supostamente explica o que seriam as mulheres.

Na primeira parte, *A apropriação das mulheres*, veremos a apropriação concreta, a redução das mulheres ao estado de objeto material. Na segunda parte, *O discurso da natureza*, veremos a forma ideológica assumida por essa relação, isto é, a afirmação de que as mulheres são “mais naturais” que os homens. (Guillaumin, 2014 p. 31)

Falando-se em *Natureza*, essa contribuiu para o surgimento e o poder do patriarcado. Muraro (1992,p.63), explica brilhantemente a origem do patriarcado, que segundo ela, foi gradual e lenta. As sociedades possuíam laços fracos de dominação, que se criaram através de laços fortes entre mães e filhos, principalmente filhas, sendo os machos elementos periféricos e instáveis nos grupos (os mais fracos). A maior parte dos trabalhos era feita pelas mulheres (como é até hoje, tanto nas sociedades simples quanto nas complexas). Elas se responsabilizavam por seus filhos e, por extensão, pelo grupo inteiro. As mulheres proviam o alimento e os homens faziam as tarefas mais pesadas, como a caça, a pesca e a limpeza das terras aráveis. Não obstante, eram mais ociosos que as mulheres, o que os fez desenvolver suas armas e inventar cultos específicos para o sexo masculino, dos quais excluía as mulheres.

De repente, de acordo com Muraro (2002, p. 61) um grau de transcendência pairou sobre os homens: isso se deu pela descoberta do papel masculino na procriação.

Neste instante, o macho pôde assumir o controle da sexualidade das mulheres e, portanto, o poder sobre elas, juntamente com a natureza. Do conceito abstrato de controle vem o conceito da superioridade/transcendência do homem sobre a natureza e a mulher. Nasce então mitos e crenças sobre um deus todo-poderoso e transcendente, e não mais imanente, como nas sociedades matrilineares. (MURARO, 2002 P. 64)

Com o passar do tempo, de acordo com Muraro (2002, p. 128), após a queda da monarquia francesa, as novas cidadãs foram requerer seus direitos junto À assembléia do povo, que tinha acabado de redigir a declaração de direito dos homens, porém, foram interpelados por mulheres que exigiram que fosse redigida a declaração dos direitos das mulheres. Sendo-lhes negada a declaração, elas mesmas a providenciaram, contudo, quando a autora foi Olympia de Gouges foi apresenta-la na assembléia, os deputados do povo

responderam que a revolução francesa era uma revolução de homens e Olympia de Gouges foi decapitada.

Por meio dessa subversão, logrou-se conhecer sobre a origem do patriarcado e distinguir por meio da literatura referenciada que se consolida até os dias atuais, em algumas culturas, países e até mesmo núcleos familiares. Outra informação importante a ser captada nesse subitem, foi que com a junção desse grupo de mulheres que reivindicaram seus direitos, surgiu a faísca para o feminismo, que de acordo com Pinto(2009), se caracteriza por um movimento de mulheres que produz suas teorias e críticas.

Feminismos e suas primeiras e segundas ondas

Serão estudadas as primeira e segunda ondas do feminismo, pois dessas emerge o objeto de pesquisa a ser realizada.

Feminismos: optou-se pela utilização do conceito feminismos (no plural) pelo mesmo motivo que foi utilizado o conceito mulheres ao invés de mulher: cada vertente dos feminismos reivindicam e lutam por uma causas diferentes, como nos diz Pinto (2009), quando reflete que movimento feminista produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria que se origina das razões do grupo social, que reivindica algo. Para a autora, o movimento feminista no século XX produziu inúmeras teorias, baseadas nas necessidades de cada grupo de mulheres.

Mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral. (PINTO, 2009)

Primeira Onda do Feminismo

Pinto(2009) , ainda nos remete à primeira onda do feminismo, que surgiu a partir das últimas décadas do século XIX , quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby se jogou na frente de um dos cavalos da competição, vindo a falecer.

O feminismo da chamada “primeira onda” procurou introduzir a mulher no meio político e decisório das sociedades às quais pertenciam, conforme nos mostra a Declaração dos Direitos da Mulherer e Cidadã de Gouges em 1791. Era um movimento, extritamente, de mulheres brancas pertencentes à classe média e relacionadas com a intelectualidade, foi mais comum em países economicamente mais desenvolvidos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

De acordo com Muraro (2002 p. 128), na França, elas também lutavam por direitos igualitários aos dos homens: ao poder sobre si mesmas, pela mesma igualdade, fraternidade e liberdade a que os homens tinham direito. As mulheres redigiram uma declaração sobre os

direitos da mulher e da, no entanto, quando a autora Olynpia de Gouges a foi entregar aos *deputados do povo*, essa foi decaptada.

Simone de Beauvoir publica pela primeira vez o livro *O Segundo Sexo* no qual é estabelecido o seguinte preceito: “ Não se nasce mulher, se torna mulher”. Segundo a autora, esse livro marcará as mulheres e será fundamental para a formação da segunda onda feminista. (Pinto, 2009)

De acordo com Nancy Fraser (2010), a segunda onda feminista, ocorreu também pela desestabilização econômica mundial. Naquele tempo, o salário do homem era expressivamente maior que o da mulher, já que o dela era considerado um mero complementos ou receitas extras. (Fraser, 2016p. 38). Assim, surgiu a segunda onda do feminismo.

Segunda onda do Feminismo, Feminismo Materialista Francês

Como já foi visto, de acordo com Siqueira e Bussinguer (2020), O feminismo, surge com objetivos de liberdade e igualdade relacionadas aos indivíduos no século XIX, especialmente em função dos ideais da Revolução Francesa que passaram a garantir aos homens uma série de direitos em detrimento aos das mulheres. Segundo a mesma autora, o papel das mulheres as restringiam à uma esfera privada, com mitigação de direitos e preconceitos.

E assim, esse fato corrobora com o dizer Beauvoir (1970), que, a consciência que a mulher adquire sobre ser mulher é um fato histórico e coletivo que reflete a forma que a sociedade é estruturada, e não apenas uma questão sexual.

As autoras Siqueira e Bussinger (2020), explicitam uma fala de Engells (1981):

(...) a mulher foi a primeira a sofrer opressão, muito antes da existência da classe trabalhadora. O primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher”. (ENGELLS, 1981 P. 22)

As autoras evidenciaram a fala de Engells que afirmou ser a mulher a primeira classe oprimida, enquanto a classe trabalhadora inicia um processo de luta por direitos sociais dos homens e passa a vê-los garantidos pelo Estado, porém a situação feminina não sofre maiores alterações, já que as trabalhadoras do sexo feminino continuam a sofrer discriminação por sua condição de inferior, levando-se em consideração que na época o objetivo principal era a valorização do salário do trabalhador homem, que era visto como o provedor, enquanto quaisquer ganhos da mulher seriam considerados como complemento ou valores extras que não iriam compor diretamente o sustento da família.

Segundo Kergoat (1978 p. 23) , a sociedade falam operários, trabalhadores, sem ao menos mencionar de que sexo são. Segundo a autora, quando fazem menção á alguma mulher, essa menção é rapidamente justificada . Para esses, as mulheres ainda são diferentes, difíceis de compreender. A autora fala ainda sobre o baixo número de mulheres sindicalizadas na França naquela época, o que nos remete à defasagem de direitos à qual eram submetidas.

Há alguns anos, entretanto, o movimento operário passou por uma certa evolução. Foi atingido em cheio pela evolução dos comportamentos femininos em relação ao emprego e às reivindicações e fortemente interpelado pelo (re)nascimento do movimento feminista. (Kergoat 1978 p. 23)

De acordo com Mirla (2018), o feminismo marxista francês defende que a opressão das mulheres está intimamente ligada ao capitalismo, segundo a autora, para Marx, o sistema capitalista se beneficia do trabalho não remunerado das mulheres, principalmente o trabalho doméstico e de cuidado, que garante a reprodução da força de trabalho, ignorando a opressão que essas mulheres vivenciavam em casa devido ao patriarcado. Não obstante, de acordo com Hirata e Kergoat (1994), a conceitualização marxista foi nos anos 70 criticada pela primeira vez do ponto de vista do gênero.

Para Hirata e Kergoat (1994) referenciam Christine Delphy (1977), que expôs como o pertencimento de classe para a mulher foi construído com base de um referencial masculino (marido, pai), se tinham bom emprego ou não, sem que fossem levadas em consideração as atividades da própria mulher. Segundo Hirata e Kergoat, em suas análises marxistas, as classes sociais sempre foram tratadas como se o gênero não implicasse nenhuma heterogeneidade.

De acordo com as autoras supracitadas, no livro *O Capital* de Marx, as mulheres não existem como sexo social, segundo ela, quando o tema era abordado, a cultura cedia logo lugar à natureza, assim, segundo elas, o Marxismo não era suficiente para mostrar nitidamente a opressão feminina.

Então, em consonância, Abreu (2016) argumenta que pode-se dizer que o materialismo representa, em um primeiro momento, um recurso para a construção de uma análise não naturalista da opressão, uma via que possibilitava afirmar que não é a biologia, nem as funções reprodutivas, que constitui a base da opressão das mulheres. O fundamento da opressão deveria ser buscado no trabalho doméstico que alimentaria um antagonismo que não poderia ser reduzido ao antagonismo capital-trabalho e sim homem mulher.

Apesar do que faltou mostrar sobre a opressão feminina e a falta de menção do patriarcado por Marx, segundo Hirata e Kergoat (1994), o marxismo contribuiu sobre a maneira de conceitualizar toda uma série de noções a começar pela de classes sociais, não obstante foi preciso primeiro tornar visível a construção histórica cultural do sexo social (ou gênero) contra o naturalismo e o fatalismo que impregnam a representação da mulher como inferior, subordinada por razões de ordem biológica.

As relações sociais de sexo são transversais para toda a sociedade dinamizam todos os campos do social. A dinamização de uma esfera (classes sociais produção) não pode deixar de ter efeito sobre a dinâmica de outra. Tal afirmação redundante em denunciar o postulado (quase sempre implícito) segundo o qual essa relação social só se exerce em determinado lugar. Na realidade relações de classe e de sexo organizam a totalidade das práticas sociais em qualquer lugar que se exerçam. Em outras palavras não é só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado(a). As relações de classe devem pois ser analisadas como inculcando conteúdos e orientações concretas nas relações de sexo e inversamente as relações de sexo devem ser analisadas como fornecendo conteúdos específicos as outras relações sociais. (Hirata e Kergoat, 1994)

Para Ávila e Ferreira (2020), com base nas pesquisas realizadas por Kergoat, quando a mulher sai de casa e vai para o trabalho, aquele sujeito que era *eu*, torna-se *nós*, pela luta dos

direitos pela igualdade e emancipação, fatos esse que contribuiu para construção e manutenção dos feminismos.

Na década de 1970, o conceito “divisão sexual do trabalho”, surge na França à partir de Daniéle Kergoat. Esse conceito aplica-se naquele país em duas situações distintas. De um lado, estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Hirata e Kergoat, 2007)

Muraro (1992 p. 63) afirma que com a divisão sexual do trabalho reforçada pelo patriarcado, a maior parte dos trabalhos passa a ser feita pelas mulheres, o que vai ao encontro do que defende Hirata (2018) quando destaca a divisão sexual do trabalho doméstico como gerador de desigualdades gritantes, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional.

Hirata (2010) relaciona a precarização das condições de vida que as mulheres estão subordinadas à precarização familiar. A autora defende que a divisão sexual do trabalho profissional, não pode mudar sem mudanças na divisão do trabalho doméstico, na divisão sexual do poder e do saber na sociedade.

Há a necessidade de pensar em uma “ nova equação entre Estado, Mercado e família” para que mudanças ocorram na divisão sexual do trabalho atual, que se trata de uma divisão desigual que discrimina a mulher e não configura a igualdade de gênero que se espera. A mesma acredita que a divisão sexual do trabalho não pode mudar sem mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, na divisão sexual do poder e do saber na sociedade. (Hirata, 2010)

A desproporção do tempo e esforço dedicados à família, sendo desfavoráveis às mulheres, implicam na disposição de tempo, recursos e dedicação para sua educação, profissionalização e trabalho. Por isso, mesmo na atualidade as mulheres ocupando vários espaços que antes lhes eram restritos, a desigualdade ainda persiste sobre as possibilidades de efetiva ascensão do grupo como um todo, principalmente quando se compreende que dentro dessa coletividade ainda há agravantes sob sua condição, como a raça e a classe. (Biroli, 2018)

As mulheres dedicam-se tanto ao trabalho quanto o homem e, quando voltam para casa, dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, não chegam nem perto da energia que a mulher tende a dar (PROBST, 2015, p. 04).

O trabalho de cuidado

O trabalho de cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres ao interior do espaço doméstico e de forma gratuita. Alguns fatores como o desenvolvimento de profissões relacionadas ao cuidado, a cada vez maior inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, assim como os fluxos migratórios em um contexto de globalização crescente geraram não só uma nova divisão internacional do trabalho, mas também reconfiguraram o trabalho de cuidado. (Hirata, 2016)

Para a autora, o trabalho de cuidado é um exemplar de desigualdades , por ser um conjunto de práticas que vai ao encontro das necessidades do *outro* , o trabalho de cuidar de crianças pequenas, idosos, deficientes, foi exercido durante muito tempo por mulheres, na esfera familiar e privada, gratuitamente e *por amor*. Com a mercantilização e desenvolvimento desse ofício , com o desenvolvimento de profissões ligadas ao cuidado e o aumento da população idosa , o que era informal e restrito, gratuito e invisível na esfera privada se torna visível, considerado como trabalho, remunerado , com progressão, carreira, podendo até mesmo ser realizado por homens.

Trata-se de uma profissão pouco valorizada, com salários relativamente baixos e pouco reconhecimento social. Essa igualdade de condições profissionais, a despeito da desigualdade de perfis e trajetórias desses trabalhadores, parece encontrar sua explicação no próprio cerne da atividade de cuidado, realizado tradicional e gratuitamente na esfera doméstica e familiar pelas mulheres. (Hirata, 2016)

Segundo Hirata (2016), no caso Brasileiro, são as redes sociais (redes familiares, redes de vizinhança, redes sociais mais amplas) que são centrais na provisão do cuidado. Para a autora, A família é ainda o lugar predominante do cuidado, que é da responsabilidade de seus membros, sobretudo das mulheres, mas também das empregadas domésticas e das diaristas que são recrutadas para as tarefas domésticas, mas também são levadas a cuidar das pessoas idosas e das crianças da família.

O mercado é, assim, um provedor de cuidados sobretudo pela oferta de serviços dessas empregadas domésticas, mas também pelas empresas e agências de *home care*. O Estado, apesar dos esforços sistemáticos, sobretudo a partir dos anos de 1990, ainda não dispõe de um programa eficaz e bem dotado financeiramente de cuidado de pessoas idosas. Também no setor de cuidados com crianças ainda há muito a construir em termos de equipamentos coletivos (creches, escolinhas, estruturas coletivas), fundamentais para que as mulheres possam trabalhar fora de casa. (HIRATA, 2016)

Para Hirata (2016), ao terminar sua pesquisa sobre o trabalho de cuidado, ela obteve três conclusões, sendo a primeira sobre a hierarquização das profissões em detrimento a interdisciplinaridade.

(...) o paradigma de uma hierarquia em que a razão e a cognição seriam instâncias superiores às emoções e aos afetos; e o paradigma da disciplinaridade que erige a sociologia como disciplina enquanto instância privilegiada de análise, rebaixando a interdisciplinaridade como discutível e a ser menosprezada. Sobre a relação entre razão e sentimentos, indivíduo e coletivo, social e moral, a fluidez das fronteiras entre os afetos, o amor, a emoção, de um lado, e o cognitivo, a técnica, as práticas materiais no trabalho do cuidado, de outro, põe em questão um dos paradigmas

da sociologia geral, que diz respeito à hierarquização e à interiorização da emoção e dos sentimentos em relação à razão e à cognição.(HIRATA,2016)

Em consonância com Hirata, Lopes (1988) nos diz:

É importante que se faça a análise considerando a posição que a enfermeira ocupa em relação ao médico no processo de divisão do trabalho . Assim, o técnico comparado ao politécnico (médico e enfermeira) como diz BOURDIEU citado por ORTIZ (1983, p. 113) , a luta de classes simbólicas que os opõe, se manifesta na desvalorização técnica de um subordinando aos fins práticos . Também outros autores afirmam que essa zona diferencial não é somente o resultado de execução de tarefas técnicas junto ao cliente/paciente; ela se deve, também e fundamentalmente ,

aos critérios extrínsecos ao trabalho em si; a característica de " status diferenciado" , confere a carreira do médico privilégios junto aos seus pares na prática de saúde. Além do conhecimento técnico geral , à carreira médica são adscritas nuances típicas de uma sociedade classista que se manifestam no próprio modo de ser burguês ou pequeno-burguês do médico.

Lopes (1988) ainda argumenta:

Um quadro construído a partir de uma visão idealizada da profissão se contrapõe a um dia a dia que nada tem de poético. A realidade mostra um ramo de trabalho explorado, gerador de tensões, com carga excessiva de trabalho, mal remunerado e com pouquíssimo poder de barganha frente à classe dominante. Exemplo disso está nos apelos exotéricos no sentido de restringir a própria liberdade de contestação dessas condições de trabalho na área de saúde. Alegações do tipo "os doentes não podem ficar sem assistência; sonegar assistência é crime; onde estão os ideais da profissão?" dentre outros, são evocados quando convém, servindo como disciplinadores ideológicos, como catalisador e neutralizadores das necessidades dos trabalhadores que não podem se comportar como seres humanos dotados de necessidades concretas. (Lopes, 1988)

Para a autora, romper com a ordem patriarcal , tomando consciência da opressão, requer que a mulher que trabalha com cuidados de outrem profissionalmente (enfermeiros , atendentes, técnicos e outros) se identifiquem como sujeitos dessa opressão, compreendendo todas as nuances e todos os apelos ideológicos de que se reveste. Repensar o discurso às vezes " progressista" , enquanto mulheres, e suas práticas cotidianas conservadoras é uma conduta necessária.

Em uma segunda ponderação, Hirata (2016) questionou centralidade do trabalho nas mãos femininas

Uma segunda pista de reflexão diz respeito à questão da centralidade do trabalho das mulheres. A análise do trabalho do *care* confirma a ideia da centralidade do trabalho das mulheres, tanto nas instituições quanto em domicílio, tanto realizado gratuitamente quanto a título de atividade remunerada. (Hirata,2016)

Numa terceira reflexão, Hirata (2016), nos diz respeito às desigualdades raciais e de classe, que, juntamente com as desigualdades de gênero, acabam por desenhar a figura da cuidadora de pessoas idosas, qualquer que seja o país que ela tenha estudado, no caso: Brasil, França e Japão.

Nesse sentido, a autora, nos chama também a refletir sobre a utilização dos conceitos consubstancialidade e interseccionalidade

Para refletir sobre as relações de raça, de classe e de gênero enquanto relações de poder consubstanciais, a teoria da interseccionalidade pode ser um poderoso instrumento analítico. A interdependência das relações de raça, de gênero e de classe enquanto relações de poder e a não hierarquização

dessas três dimensões são características essenciais do paradigma interseccional. A interseccionalidade pode ser considerada um instrumento de conhecimento e ao mesmo tempo um instrumento de ação política. O reconhecimento dos limites de um enfoque a partir do gênero, que não leva em conta nem o pertencimento a uma classe social ou raça, é um ponto de partida crítico de uma perspectiva que não considera a opressão imbricada das diferentes relações sociais. (HIRATA, 2016)

Kergoat (2010), fala sobre o conceito consubstancialidade, elaborado pela mesma na década de 1970

as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Para a autora, que defende a existência de três tipos de relações sociais: a de classe, a de gênero e a de raça, que para ela são fundamentais devido à exploração. Os homens exploram as mulheres, através do trabalho doméstico, através do trabalho em tempo parcial, através do estupro etc. Sendo essas últimas, segundo a mesma, por coisas materiais, por violência. Existe uma relação de poder e opressão. (Kergoat, 2023)

Como mencionado anteriormente, a autora Daniéle Kergoat, foi a criadora do conceito *consubstancialidade*, que segundo ela, em uma entrevista concedida à Grecco (2023), no ano de 2017, é um conceito religioso, porém ela não podia pensar em algo melhor que a ideia de Pai, Filho e Espírito Santo para falar de classe, raça e gênero. Para a autora durante a entrevista, quando questionada sobre a interseccionalidade, a mesma disse : *interseccionalidade* é um conceito que diz tudo e não diz nada, é uma palavra da moda, para designar múltiplas dominações, sendo isso impossível na sua totalidade.

Voltando ao trabalho de cuidar, à desvalorização sobre qual nos relata Hirata (2016), Lopes (1988), analisa a subordinação da mulher numa perspectiva patriarcal, no sentido de se captar a enfermagem como uma profissão feminina. De acordo com a autora, a exploração capitalista do trabalho da mulher também está posta, no sentido de entender a realidade da categoria profissional de enfermagem .

À partir dos estudos das autoras mencionadas cujos relatos são constituídos na desvalorização e no grande volume da presença feminina na profissão de cuidar, seguiremos abordando a feminização e feminilização da enfermagem.

A divisão sexual do trabalho doméstico e seus impactos na vida profissionais e estudantis na vida das mulheres que são mães

Para “Um dos desafios centrais da maternidade consiste em conciliar os múltiplos papéis demandados às mães, em especial àquelas que investem esforços nos estudos em busca de formação profissional.” (Silvia e Mendes, 2024)

Almeida (2007), versa sobre essa multiplicidade da mãe trabalhadoras:

O trabalho feminino sempre esteve presente na história social das famílias brasileiras através das mulheres das camadas populares. Contudo, especialmente a partir dos anos de 1960, tem-se assistido a uma grande valorização do trabalho feminino por parte das mulheres das camadas médias. Assim, as mães trabalhadoras das camadas médias se vêem diante de um processo já conhecido pelas mães trabalhadoras das camadas populares: a necessidade de integrar à sua identidade mais um papel - o de trabalhadora. (ALMEIDA, 2007)

De acordo com a autora, a família não somente reflete a sociedade em si, mas atua na formação da sociedade. Dentro da família as pessoas se constituem como sujeitos, membros da sociedade.

Na sociedade atual, ainda é atribuído a mulher o papel principal na criação e cuidado com os filhos. Diante dessa tarefa de cuidado, as mulheres que são mães e trabalhadoras da classe média recorrem à redes de apoio: avós, tias, babás, creches e escolas. Algumas, eventualmente, podem contar com o auxílio do marido. Devido à divisão sexual do trabalho em nossa sociedade, sobretudo do trabalho doméstico, é limitada a ajuda de seu parceiro nas atividades familiares e domésticas (RIDENTI, 1998; ROCHA-COUTINHO, 2003; ALMEIDA, 2007).

Nas camadas médias, o trabalho feminino é um projeto individual, elaborado no interior de uma história familiar (VELHO, 1987; Almeida 2007). É uma atividade voltada para a satisfação pessoal que, de acordo com Almeida (2007), além de proporcionar status, leva ao crescimento pessoal, faz parte do processo de constituição da identidade. No entanto, mesmo tendo as mulheres tendo conquistado o direito ao trabalho e à escolarização, continuam a lhes ser atribuídos antigos valores e funções, tais como submissão, abnegação, tarefas domésticas, cuidados infantis, entre outros (BIASOLI-ALVES, 2000 ; ALMEIDA 2007).

Assim, de acordo com Almeida (2007), apesar do papel de mãe se antagonizar ao papel de trabalhadora remunerada, muitas mulheres não conseguem desvincular-se de sua identidade

Urpia e Sampaio (2009) classificam a mulher como um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Dentre essas especificidades, destaca-se a maternidade, cujo ônus se encontra principalmente no contexto da divisão sexual do trabalho, na qual a mulher deve cuidar dos filhos e do lar, experienciando uma maternidade sufocada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher principalmente no que tange a educação e carreira. (BIROLI, 2018).

Isso se dá, de acordo com Almeida (2007), pelo fato das mulheres continuam tentando abarcar tarefas atribuídas ao sexo feminino e as tarefas atribuídas ao trabalho remunerado. Nas famílias de baixa renda, o trabalho feminino assume muito, mais o sentido de um benefício para a família do que uma afirmação da individualidade (SARTI, 2003; ALMEIDA 2007).

Úrpia; Sampaio (2009) destacam também as relações de gênero, o próprio papel de esposa e o exercício da maternidade, como indicadores de que a sociedade ainda enxerga a mulher como principal responsável pelo cuidado com os filhos e com os trabalhos domésticos, muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna no dia a dia, aumentando ainda mais a sobrecarga física e emocional.

Estudos evidenciam o quanto as mães estudantes passam por dificuldades, não conseguindo estudar por estarem cansadas, atrasando ou desistindo de seus cursos por não conseguirem conciliar uma jornada quádrupla de trabalho constituída pela maternidade, afazeres domésticos, estudo e trabalho remunerado fora de casa. (BITENCOURT, 2017; AMORIM, 2012; ÚRPIA, SAMPAIO, 2011).

Silvia e Mendes (2024), ao referenciarem Vieira; Souza; Rocha (2019) afirmam que muitas estudantes que são mães, abandonam seus estudos por “falta de motivação, impotência e cobrança, estresse, medo e culpa em deixar os filhos sob os cuidados de outras pessoas” (Vieira; Souza; Rocha, 2019, p.548), o que as impede de concluir seu curso e de obterem crescimento profissional.

Úrpia e Sampaio (2009); Silva et al. (2015); Menezes et al., (2012); Gonçalves; Ternove (2017) indicam alguns aspectos que comprometem o bom desempenho acadêmico das mães estudantes aumentando a sobrecarga física e mental: relações de gênero, divisão sexual do trabalho doméstico, o exercício da maternidade. “Enquanto o cuidado continuava ser uma atribuição primordial e quase exclusiva das mulheres, dificilmente a sua maior escolaridade poderia se traduzir em posições de destaque e de equidade de gênero” (Ricoldi; Artes, 2016, p.159).

Em consonância, Almeida (2007), nos diz respeito ao trabalho, estudos apontam que em todas as camadas sociais, as mulheres, essa ideia está inerente na maioria das famílias. Segundo a mesma, denominar o trabalho de atividade extra familiar, pode ser considerado impresso.

Segundo Vieira (2018), fica evidente que a autocobrança por parte das mães estudantes é sem dúvida um dos principais desafios dessas mulheres, visto que além do papel de mãe e estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada em ter que “deixar” os filhos para estudar. Levando estas mães não somente à dúvida de seu potencial como mãe, mas também à dúvida em relação à busca da realização profissional, onde não conseguem dar total atenção a suas tarefas universitárias, levando a desmotivação e dúvidas do curso de graduação escolhido.

Nos últimos anos a oferta de Educação Profissional e Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras. Dados do Censo Escolar 2020 mostram que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino. (BRASIL, 2021). Todavia, apesar desse crescente aumento nas matrículas de estudantes do sexo feminino na educação profissional, pode-se afirmar que

algumas dessas estudantes podem vivenciar dificuldades durante seu processo formativo, que podem levá-las inclusive à evasão do curso. A partir disso, ressaltamos o pensamento de Santos (2011):

Vale mais designar a área do acesso como a área do acesso/permanência ou área do acesso/permanência/sucesso uma vez que o mais importante que garantir o acesso seja garantir o acesso a permanência e o sucesso para estudantes oriundos de classes ou grupos discriminados. (Santos, 2011)

“Muitas mulheres brasileiras veem no ensino superior uma oportunidade de inserção, ascensão e/ ou melhoria nas condições de trabalho.” (SILVIA E MENDES, 2024). Porém, enquanto o “cuidado continuar a ser uma atribuição primordial quase exclusiva das mulheres, dificilmente a sua maior escolaridade poderá se traduzir em posições de destaque e de equidade de gênero”(Riboldi;Artes,2016,p.159).

Para Gonçalves; Ternovoe, (2017), outro ponto que pode-se destacar é a falta de flexibilidade por parte das instituições de ensino, com horários rígidos e regimentos que constitui outro fator dificultador no processo formativo de mães estudantes. As autoras defendem ainda que embora a instituição de ensino procure tratar todos os alunos de maneira igualitária, para evitar injustiças, no que se refere ao gênero e a vida pessoal das mães estudantes, é preciso considerar que elas já se encontram em situação desigual porque não tiveram oportunidade de se profissionalizarem quando ainda não tinham filhos e nem tantas responsabilidades domésticas e profissionais. Esse pensamento vai ao da definição de *equidade* do dicionário online Michaelis (2020) como: "Consideração em relação ao direito de cada um independentemente da lei positiva, levando em conta o que se considera justo".

Segundo Sígolo *et al* (2021), Os movimentos de mulheres e feministas tiveram uma importante atuação na luta e conquista pelos direitos humanos das mulheres brasileiras; mas, no que se refere ao direito a educação, a questão do acesso e escolarização foi vista como resolvida devido aos indicadores educacionais apresentarem as mulheres com trajetórias escolares mais homogêneas e duradouras do que os homens. No entanto, a mesma autora parafraseando Sandra Unbehaum (2014), nos diz que considerando a expansão do campo de estudos e pesquisa em gênero e educação no país e os investimentos em políticas educacionais nas duas últimas décadas, pouco se avançou na consolidação da temática nos currículos de formação inicial de professores, bem como na constituição de práticas curriculares.

Sígolo *et al* (2021) refletem ainda sobre a complexidade própria do conceito de gênero, que, em sua multifacetada configuração, implica abordar e problematizar a diversidade sexual e os comportamentos e vivências sexuais, as constituições identitárias de gênero e, ao mesmo tempo, implica a sua desconstrução - enfrentar as

discriminações de gênero, identificar os processos de generificação das relações sociais, econômicas e políticas, com impacto no mercado de trabalho, nas relações familiares, na ocupação de espaços de participação política, entre outras dimensões das relações humanas, nas quais a ordem patriarcal heteronormativa historicamente atua. A autora enfatiza que a rejeição de qualquer discussão que utilize o conceito de gênero, está também relacionada ao que pode-se definir como uma fragilidade da temática de equidade de gênero, sendo esse um problema da sociedade como um todo.

Feminização e feminilização da Enfermagem

Conforme Yannoullas (2011), o conceito feminização, corresponde à metodologias e técnicas inerentes à profissão *associadas* ao sexo feminino, enquanto a feminilização diz respeito ao quantitativo, ao volume de pessoas do sexo feminino em determinada profissão.

A enfermagem moderna como um trabalho (ou profissão) feminino marcou a sua própria data de nascimento, no final do século XVIII, através da organização do espaço que se descortinou quando o olhar de uma mulher se deteve no sofrimento dos homens. Foi para recuperar os corpos feridos dos soldados que o olhar de Florence Nightingale fez aparecer o que durante séculos as mulheres fizeram e permaneceu no limiar do invisível, do natural: o cuidado de outras pessoas, a reprodução e a manutenção da vida. (Ferreira, 2012)

Andrade et al (2020), nos trás um exemplo que deixa-nos sem saber qual conceito utilizar: feminização ou feminilização, ao mencionarmos que a profissão de enfermagem é predominantemente feminina que tem como centralidade o cuidado em saúde. Segundo essas autoras, a literatura aponta que essa categoria profissional vivencia as situações de violências interpessoais, a violência urbana/social, os sofrimentos face às desigualdades sociais, além das precárias condições de trabalho.

Porém, Barreto et al (2011), deixa-nos claro a feminilização da enfermagem, quando apontam que no Brasil, dos 1.449.583 profissionais registrados no COREN, 87,24% eram do sexo feminino, fato este que corrobora com o que nos diz Andrade et al (2020).

Hirata (2016), deixa-nos claro o conceito de feminização da enfermagem, quando afirma que, por ser um trabalho que vai ao encontro das necessidades dos outros, o cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres, no espaço doméstico, na esfera “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, o que fez com que se destacasse como modelo das desigualdades sobrepostas ao gênero. Com a mercantilização, a prática feminina, gratuita e invisível, passou a tornar-se visível e considerada trabalho formal, podendo ser realizado até mesmo por homens.

Corroborando ainda com o conceito feminizador da enfermagem, Lopes e Leal (2005) esclarecem que a enfermagem se desenvolve como profissão regulamentada por meio

de instituições religiosas, estando diretamente ligada ao cuidado doméstico às crianças, aos doentes e aos velhos, associado à figura da mulher-mãe : curandeira e detentora de um saber informal de práticas de saúde, transmitido de mulher para mulher.

As mesmas autoras afirmam ainda que a enfermagem brasileira, organizada e estruturada pelo paradigma “nightingaleano”, desenvolveu-se como uma profissão feminina, assim reconhecida em qualquer espaço da sociedade. O termo nightingaleano, de acordo com Carvalho (1989), **refere-se à** teoria ambientalista desenvolvida por Florence Nightingale na segunda metade do século XIX, na Inglaterra que apresenta como foco principal o meio ambiente, interpretado como todas as condições e influências externas que afetam a vida e o desenvolvimento de um organismo, capazes de prevenir, suprimir ou contribuir para a doença e a morte.

Em consonância, para Lopes (1988), a enfermagem brasileira se profissionalizava naquela época, mantendo os padrões da divisão sexual do trabalho e as características religiosas, expressas por princípios éticos e deontológicos , rígidas normas de conduta, disciplina e empirismo preservados no contingente elevado de atendentes que executam as tarefas de menor prestígio, e que então servem à disciplina do capital.

A autora ainda expõe:

As bases ideológicas que têm levado a enfermagem e as enfermeiras a "" servir" ao capitalismo, refletem as tendências histórica das mulheres a reproduzir a ideologia dominante na sociedade e a assimilação em sua própria conduta dos mitos masculinos a seu respeito .Esses mitos , na ideologia da sociedade de classes , determinam a condição de mulheres fundamentando-se, sociológica e culturalmente, na categoria e no critério do "específico , feminino" Essa ideologia do "específico feminino" sustenta e reforça a opressão da mulher, ocultando suas causas. Isso impõe a sustentação das regras masculinas tanto nas instituições civis como na família, escola, meios de comunicação de massa, partidos políticos e sindicatos como nas instituições religiosas, igrejas, congregações, faculdades teológicas etc . . .(LOPES, 1988)

Ainda, na perspectiva de gênero, de ver a educação ministrada na Escola de Enfermagem sob o ponto de vista feminista, isso porque o nosso interesse recai na preocupação de entender as relações do poder estabelecidas no seio da enfermagem, a ideologia que a tem alimentado, de modo a fazer com que a enfermagem seja vista como um trabalho feminino, e a enfermeira como um tipo de ”anjo”, guardiã e protetora, deixando de lado seus interesses pessoais a fim de cumprir uma “missão”. (Ferreira 2012)

As práticas de cuidado sempre estiveram associadas ao sexo feminino. Segundo consta na história, pode-se, constatar no que se refere ao lugar social das mulheres, há um mito definido por concepções que remetem as mulheres a uma condição inata de inferioridade atribuída à sua aproximação com a natureza.Coelho (2005)

Tais representações têm em seus princípios relação direta com a capacidade natural da reprodução biológica e com as responsabilidades nos cuidados com o doméstico e com a família.(Coelho,2005; Muraro, 1992; Hirata 2016)

Com o tema gênero, saúde e enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) dá uma demonstração de compromisso com a redução de desigualdades sociais e com a superação de um paradigma que historicamente definiu para os homens espaços de liberdade e poder e para as mulheres o espaço da obediência e da

submissão. Assumindo esse desafio, a ABEn nacional, como entidade representativa da Enfermagem, apresenta-se como reconhecadora de que o processo saúde-doença, como construção social, está também condicionado à qualidade das relações que se dão entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, portanto, entre e intragêneros. Assim, a articulação gênero, saúde e enfermagem é mais do que oportuna num momento histórico em que ultrapassamos inquietações e críticas para ampliar nossa consciência política, buscando, como sujeitos coletivos, instrumentos de mudança articulados à realidade macroestrutural. (COELHO 2005)

Bagnato et al. (2007) apud Costa et al. (2013), reitera que na década de 1970, os cursos de auxiliar e técnico de enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

O Trabalho emocional, mais uma jornada de trabalho enfrentada pelas mães, estudantes e trabalhadoras

Hocchild (1983 p.8), define o trabalho emocional como o esforço de se manter aparentemente socialmente adequado. O que foi ratificado por Silvia e Gondin (2019): “Trabalho emocional é um processo de gerenciamento da expressão das emoções e dos sentimentos internos, com base nas demandas emocionais exigidas pela ocupação ou contexto de trabalho.” As autoras também apontam que a dificuldade no exercício de determinados papéis pode tornar necessário o uso de máscaras que artificializam as relações nas interações sociais, nesse contexto, para as autoras, o trabalho emocional seria justamente o esforço de mobilização emocional do trabalhador para expressar e sentir emoções demandadas no desempenho do papel profissional ou ocupacional. Ainda de acordo com as autoras, um dos elementos chave do trabalho emocional é o desempenho emocional, ou seja, o reconhecimento de que foi feito um bom trabalho, pelo cliente, patrão, etc.

O conceito de trabalho emocional surge para dar conta das mudanças no mundo laboral, principalmente no setor de serviços, em que a interação humana com o cliente/usuário é fundamental. Boa parte das escalas para medir o trabalho emocional não teve sua validade testada no Brasil; além disso, torna-se útil colocar em disponibilidade uma medida de trabalho emocional para o contexto brasileiro das artes, tendo em vista o crescente interesse pelo estudo dessa categoria ocupacional na psicologia (Bendassolli & Borges-Andrade, 2012; Macêdo, 2010; Silvia e Gondim ,2019)

De acordo com Buzzulini Et al (2019),

Ao se configurar como uma expressão abrangente, relacionada a um processo integrado que inclui exigências emocionais do trabalho, regulação emocional, e desempenho emocional, a referida abordagem permite apreender diferentes estratégias de direcionamento de condutas e sentimentos que dão sentido ao trabalho e à organização (Santos & Fontenelle, 2019; Buzzulini Et al, 2019).

Citando Scott e Barnes (2011), Buzzulini Et al, 2019 destacam a escassez de estudos sobre trabalho emocional, sobretudo no que tange ao gênero. Segundo esses autores, outro aspecto importante desta temática, e que possibilita a sua vinculação com a questão de gênero, é que existe uma “divisão sexual do trabalho emocional”, fazendo com que as mulheres não expressem suas emoções, para que não sejam inferiorizadas em comparação aos homens.

Existem duas estratégias utilizadas para regularizar as emoções: (1) deep acting, ou ação profunda, que representa a alteração contínua e intencional das emoções buscando ter a expressão emocional pretendida; (2) surface acting, ou ação superficial, que representa a gestão das expressões emocionais. (Hochschild , 1983; Buzzini Et al 2019)

Maia (2022), em consonância com o pensamento acima, também expõe a perspectiva de Hochschild (1979), quando essa faz uma abordagem interessada na “incorporação superficial” para uma voltada à “incorporação profunda” em que o trabalho de gerenciamento emocional é definido como “o ato de modificar, em grau ou qualidade, emoções ou sentimentos” (Hochschild, 1979:561). Trata-se de dois tipos de trabalho: o de evocar emoções socialmente apropriadas, mas inicialmente ausentes; e o de suprimir emoções inapropriadas, mas presentes. (Maia, 2022)

Estudos evidenciam o quanto as mães estudantes passam por dificuldades, não conseguindo estudar por estarem cansadas, atrasando ou desistindo de seus cursos por não conseguirem conciliar uma jornada quádrupla de trabalho constituída pela maternidade, afazeres domésticos, estudo e trabalho remunerado fora de casa. (BITENCOURT, 2017; AMORIM, 2012; URPIA, SAMPAIO, 2011).

Segundo Vieira (2018), fica evidente que a autocobrança por parte das mães estudantes é sem dúvida um dos principais desafios dessas mulheres, visto que além do papel de mãe e estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada em ter que “deixar” os filhos para estudar. Levando estas mães não somente à dúvida de seu potencial como mãe, mas também à dúvida em relação a busca da realização profissional, onde não conseguem dar total atenção a suas tarefas universitárias, levando a desmotivação e dúvidas do curso de graduação escolhido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma profissão que se desenvolveu por meio de instituições sacras e por estar ligada diretamente à práticas domésticas de cuidado a enfermagem de nível técnico ainda é considerada por muitos como uma profissão feminina, o que é reforçado pelo expressivo contingente de mulheres em cursos Técnicos em Enfermagem. No entanto, evidencia-se na literatura, que o público feminino tem especificidades no que tange a permanência e conclusão de cursos profissionalizantes destacando-se dentre essas especificidades o exercício da maternidade.

Esse fato associado à divisão sexual do trabalho doméstico no qual a mulher é responsável pelos afazeres da casa, cuidado com os filhos muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna, aliado ao trabalho remunerado aumenta a sobrecarga física e mental.

Por meio de estudos e dados empíricos desta pesquisa, pode-se revelar que as estudantes que são mães passam por dificuldades para estudar por estarem cansadas, atrasando ou desistindo de seu curso por não conseguirem conciliar uma jornada múltipla de trabalho. O tempo e esforço dedicados à família, implicam na disposição de tempo e recursos para a profissionalização. Isso se deve à divisão sexual do trabalho, mais especificamente, À divisão sexual do trabalho doméstico

No entanto, durante a pesquisa de levantamento, foi observada escassez de estudos referentes às mães estudantes da Educação Profissionalizante de nível médio. Diante do exposto, além de mais estudos sobre estudantes que são mães na Educação Profissionalizante de nível Médio, principalmente sobre mães estudantes do curso Técnico em Enfermagem, nota-se a necessidade de políticas públicas e políticas institucionais que favoreçam a permanência e formação dessas mulheres tendo em vista essas já se encontram em desvantagem por não terem conseguido se profissionalizarem antes de serem mães.

Ademais, durante a pesquisa empírica as alunas entrevistadas deixaram claro a necessidade de um auxílio permanência durante o processo formativo, pois deixaram claro a exaustão que trabalhar remuneradamente, estudar, ser mãe, fazer as atividades domésticas lhes causam e segundo elas com o auxílio estudantiu não precisariam trabalhar tanto. Em Minas Gerais, tramita um projeto de lei, que mães monoparentais estudantes teriam direito a receber 50% do auxílio estudantiu. Eu, Rita, esta pesquisadora que vos fala, particularmente acho pouco.

Outro ponto reivindicado pelas entrevistadas foi a flexibilidade em relação às faltas e a rigidez de prazos de entrega de trabalhos, pois as estudantes por serem mães, trabalhadoras remuneradas, donas de casa, sentem dificuldades em fazer um extenso trabalho em pouco espaço de tempo.

A fala de uma das estudantes deixou essa pesquisadora muito abalada: a mulher precisa ser vista como um todo: corpo, mente e alma; existe a necessidade da formação de um grupo de alunas para falarem sobre elas, sobre o que as aflige; existem estudantes que estão fazendo curso para fugirem de seus maridos abusivos.

Essas situações, além de tantas outras sobre a temática desenvolvidas nessa dissertação merecem continuidade de estudos. Talvez assim, paratindo da mulher na Educação Profissional de Nível Médio Subsequente, pode-se conquistar a igualdade de direitos que almejamos na ciência, no mercado corporativo, dentre outros setores.

REFERÊNCIAS

ALBARELLO, Luc. Devenir praticien-chercheur: comment réconcilier la recherche e la pratique sociale. Bruxelles: Éditions **De Boeck Université**, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Saiba mais sobre o panorama das mulheres na educação básica. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica>>. Acesso em: 28 out. 2024

AMORIM, Teresa Cristina Sousa. **A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura: Um olhar para a qualidade**. Campina Grande, Editora REALIZE, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ae0eb3eed39d2bcef4622b2499a05fe6.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS. Documento público. Disponível em: <https://saba.al.go.leg.br/v1/merged/view/sgpd/public/0oCDw_1UviK37lziHzAqv1jY6FGmTX57r4FGoUIO8L7TUervbKOGWc_2K1zLtqn/pdf/2022010034>. Acesso em: 02 ago. 2024.

AVILA, Kessia Marquinhos Lara. Como é Ser Mulher, Trabalhadora e Mãe: um estudo sobre identidade da mulher que trabalha no setor privado. Dissertação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.

COELHO, Renata. Direitos da mulher na contemporaneidade das relações de trabalho. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

BAGNATO Maria Helena Salgado, BASSINELO, Greicelene Aparecida Hespagnol; LACAZ, Cristiane Pessoa da Cunha; MISSIO, Lourdes., Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Rev. Esc. Enferm.** USP. 2007;41(2):279-86..

BARRETO, Carolina Marielli. Profissionalização feminina e ensino de arte: um diálogo com a Escola Profissional Feminina de São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

BELTRAME, Greyce Rocha. A experiência de ser mãe e os desafios frente à carreira e à separação do bebê. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960 p. 23

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITENCOURT, Silvana Maria. **Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado.** Florianópolis, SC, 2011. 344p.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BRASIL. Ministério da Educação, (2021). **Participação feminina cresce na educação profissional e mulheres se destacam no campo da pesquisa científica.** Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/participacao-feminina-cresce-na-educacao-profissional-e-mulheres-se-destacam-no-campo-da-pesquisa-cientifica>. Acesso 16 junho de 2022

BRITO, Patrícia Oliveira. Indígena-mulher-mãe-universitária: o estar-sendo estudante na UFRGS. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CAPOTTI, Ana Luísa (H) À Mulher Além da Mãe. Dissertação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise Clínica e Cultural, 2022.

COSTA, Fabiane da Cru., BORGES, Eline Lima., & VIESSELI DONOSO, Miguir Terezinha. (2013). **Perfil dos alunos de curso Técnico de Enfermagem de uma escola particular em Minas Gerais.** *Revista De Enfermagem Do Centro-Oeste Mineiro*. <https://doi.org/10.19175/recom.v0i0.327>

DORNELLES, Thais da Silva. Mulheres na educação profissional: movimentos dos cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. **Desafios Vivenciados por Mulheres Universitárias de Mato Grosso do Sul, que são Mães, Profissionais e Donas de Casa.** *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa, v. 8, n. 2, ago-dez, 2017, p. 116-142.

GUILLAUMIN, Colette; TABET, Paola; MATHIEL, Claude ,Nicole O Patriarcado Desvendado: Teorias de Três Feministas Materialistas. Tradução: Jules Falquet e Maira Abreu. Recife: SOS Corpo, 2014.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, n.24, 2016, p. 53-64.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, ano 16, n. 29, 2018, pp. 14-27.

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552/4195> acesso em: 20/04/2023

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Tema Trabalho e Gênero**. 2010, p. 45-49. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/revista_2edicao_trabalho_dez2010.pdf acesso em 20/04/2023

LIMA, Taiane Alves de. “Mãe solo é mãe sozinha”: tecendo vivências de mães negras em Fortaleza-CE e região metropolitana. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MALLUF, Vera Maria Daher; KAHHALI, Edna Maria Severino Petters. Mulher, Trabalho e Maternidade: uma visão contemporânea. *Polêmica*, Revista Eletrônica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 143-160, jul. set. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS. João Bosco. *Redação Científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Revista 2ª Edição: Trabalho, Dezembro 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/revista_2edicao_trabalho_dez2010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MINAYO, M.C.S. (2013). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec.

MORIN, Edgar. *Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2002

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.63.

NASCIMENTO, Maria da Graça Pereira do. O significado de ser mãe: uma abordagem existencial. 2002. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NIGHTINGALE, Florence. **Notas sobre enfermagem**: o que é e o que não é. Tradução de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez; 1989

OLIVEIRA, Daniela Ramos de. Maternidade, missão e renúncia: um estudo sobre mães sociais. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Contribuições da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além do seu uso como método. *Revista Organizações & Sociedade*. 27 (94). Jul-set. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1984-9270949>

Acesso em 09 out. 2023.

PENIDO, Cláudia Maria Filgueiras. Trabalhador-pesquisador: análise da implicação como resistência ao distanciamento do objeto. *Psicologia em Revisita*, Belo Horizonte, v.26, n.1, p.380-396, abri.2020.

ROCHA, Etiene Siqueira. A igualdade de gênero na ciência brasileira: um estudo da ocupação feminina nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sudeste. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de São Carlos, Câmpus São Carlos, 2022.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

SÍGOLO, V. M., Gava, T. & Unbehaum, S. (2022). Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. **Cadernos Pagu**, (63), e216317. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668816>. Acesso: 16 junho de 2022

SILVA, Juliana Marcia Santos. Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional. 2020. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVA, Thais Aparecida Lacerda; MENDES, Diego Costa. Maternidade, Estudo e Trabalho – Um Olhar sobre as Múltiplas Jornadas das Mães Recentes. *Oikos, Família e Sociedade de Debate*, v. 35, n. 1, p. 1-22, 2024.

FRANCO, Simone Almeida. Mulheres que abandonam a carreira profissional: uma análise da ocorrência do fenômeno Opt-out entre brasileiras. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3 (2) 2009

URPIA, Ana Maria de Oliveira.; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 30 maio de 2022

VASCONCELLOS, Renata Nasinhaka Tex de. Existência e permanência: um estudo das mulheres na educação profissional e tecnológica. 2021. **Dissertação** (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

VIEIRA, Ailane Costa et al. **Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática**. 2018. Disponível em:

https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/1080/1/TCC_VivenciasMaternidadeGraduacao.pdf. Acesso em: 16 junho de 2022